

DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2006-2017

RURAL DEVELOPMENT IN RIO GRANDE DO SUL: CONTRIBUTIONS TO THE 2006-2017 PERIOD ANALYSIS

DESARROLLO RURAL EN RIO GRANDE DO SUL: CONTRIBUCIONES AL ANÁLISIS DEL PERÍODO 2006-2017

Rita Inês Paetzhold Pauli¹
Yasmin Dal Lago Nachtigall²
Isadora dos Santos Bueno³
Reisoli Bender Filho⁴

RESUMO

O estudo tem por objetivo promover uma análise das diferentes variáveis caracterizadoras do desenvolvimento rural para o estado do Rio Grande do Sul, em 2006 e 2017. Os delineamentos metodológicos consideram a utilização de indicadores multissetoriais visando a observação dos aspectos socioeconômicos a partir de análise de quatro dimensões: populacional, estrutura e desempenho econômico, bem-estar e equidade e ambiental. Os resultados indicam que desenvolvimento rural pressupõe a melhoria dos aspectos sociais e econômicos da população residente neste *locus*. O meio rural gaúcho, no período analisado, vem apresentando melhorias na ampliação da infraestrutura dos residentes, porém verificou-se queda da população rural. Apesar dos avanços na conservação do meio ambiente constatou-se indícios de que o uso de agrotóxicos nos processos produtivos agrícolas pode estar limitando o desenvolvimento rural em aspectos como o bem-estar e a saúde da população residente.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Indicadores multissetoriais. População residente.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the different variables that characterize rural development for the state of Rio Grande do Sul, in the years 2006 and 2017. The methodological designs consider the use of multisectoral indicators in order to observe socioeconomic aspects from the analysis of four dimensions: population, structure and economic performance, well-being and equity and environmental. The results indicate that rural development presupposes the improvement

¹Doutorado. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria -UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: rita.pauli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9910-5301>.

²Graduação. Universidade Federal de Santa Maria -UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: yasminnachtigall@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3877-4269>.

³Graduação. Universidade Federal de Santa Maria -UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: isadoradossantosbueno@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1104-7587>.

⁴Doutorado. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria -UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: reisolibender@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1019-4414>.

of the social and economic aspects of the population residing in this environment. The rural area of Rio Grande do Sul, in the analyzed period, has been showing improvements in the expansion of the infrastructure of the inhabitants, but there was a decrease in the rural population. Despite advances in environmental conservation, there are indications denoting that the use of pesticides in agricultural production processes may be limiting rural development in aspects such as the well-being and health of the resident population.

Keywords: Rural Development. Multisectoral indicators. Resident population.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar las diferentes variables caracterizadoras del desarrollo rural para el estado de Rio Grande do Sul, en 2006 y 2017. Los diseños metodológicos consideran el uso de indicadores multisectoriales con el objetivo de observar aspectos socioeconómicos a partir del análisis de cuatro dimensiones: población, estructura y desempeño económico, bienestar y equidad y ambiental. Los resultados indican que el desarrollo rural presupone la mejora de los aspectos sociales y económicos de la población residente en este entorno. El área rural de Rio Grande do Sul, en el período analizado, viene mostrando mejoras en la expansión de la infraestructura de los habitantes, pero hubo una caída en la población rural. A pesar de los avances en la conservación ambiental, se debe considerar que el uso de plaguicidas en los procesos productivos agrícolas puede estar limitando el desarrollo rural en aspectos como el bienestar y la salud de la población residente.

Palabras clave: Desarrollo rural. Indicadores multisectoriales. Población residente.

Como citar este artigo: PAULI, Rita Inês Paetzhold; NACHTIGALL, Yasmin Dal Lago; BUENO, Isadora dos Santos; BENDER FILHO, Reisoli. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: contribuições para análise do período de 2006-2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 29-44, 23 mar. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4310>

Artigo recebido em: 25/08/2020

Artigo aprovado em: 20/09/2022

Artigo publicado em: 23/03/2023

1 INTRODUÇÃO

No contexto da história mundial, atribui-se à agricultura e ao meio rural, o início do desenvolvimento econômico e social dos diferentes povos e nações. Com o transcorrer dos tempos, e a partir do crescente processo de urbanização peculiar às sociedades mais avançadas, a industrialização vem acompanhada de sucessivas inovações tecnológicas responsáveis pelo crescimento produtivo que nem sempre redundam no que é denominado de desenvolvimento rural. Logo, o meio rural teve de se reinventar, coexistir com o novo meio urbano, ampliar suas funções clássicas de alimentar as pessoas da cidade e fornecer matéria prima para a indústria

além de liberar um contingente populacional que tradicionalmente vivia, majoritariamente, no rural para o meio urbano.

Neste contexto, ressalta-se que a literatura especializada nacional e internacional vem promovendo avanços significativos, substituindo a antiga conotação do desenvolvimento rural como resultante da modernização e contínua inovação das atividades agrícolas para algo bem mais amplo, o que remete a necessidade de novas formas de atuação dos Estado (CASTRO; PEREIRA, 2020). Portanto, o desenvolvimento rural consiste em um processo multifacetado e dinâmico cujo foco e direção alteram-se ao longo do tempo (PLOEG, 2016), nos diferentes contextos territoriais.

Destarte, as estratégias de desenvolver os espaços rurais devem considerar sua inserção em um contexto de desenvolvimento nacional, de modo que o desenvolvimento geral de um país, estado ou região se apresenta intrinsecamente vinculado as estratégias que possibilitem o avanço do rural (FEIJÓ, 2011). O desenvolvimento rural deve ser compreendido como um conjunto de ações que objetivam diminuir a vulnerabilidade dos agricultores em relação aos agentes externos, aumentando o seu grau de autonomia (CONTERATO, 2008). Esse processo só se torna factível com participação social e requer de abordagem sistêmica multifuncional, multissetorial e, quando a escolha privilegia a análise territorial, o desenvolvimento alcança caráter de maior abrangência.

A relevância da análise de indicadores específicos, dado que as formas de interligação e comunicação entre esses podem apontar o nível de desenvolvimento, que é compreendido a partir do nível e da capacidade de inserção do ambiente nas economias de uma região (CONTERATO, 2008). O meio rural apresenta vínculos de complementariedade com o urbano, especialmente, por meio das relações de mercado, das questões ambientais e populacionais, bem como por meio das atividades econômicas (KAGEYAMA, 2008).

Apesar das conquistas e melhorias em diversos indicadores, o Rio Grande do Sul ainda combina avanços tecnológicos e profissionalização com desigualdades e subsistência (OLIVEIRA; VIEIRA; PAULI, 2018). A permanência da população rural no campo, no estado gaúcho, relaciona-se a adoção de atividades não agrícolas e a expansão e melhoria na distribuição da renda dos agricultores, que são fatores indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural (SILVA NETO e FRANTZ, 2003).

O objetivo central do artigo consiste em promover uma análise das diferentes variáveis caracterizadoras do desenvolvimento rural para o estado do Rio Grande do Sul, em 2006 e 2017. Além dessa breve introdução, o presente artigo é composto por mais quatro seções. A primeira que segue, busca por meio da revisão bibliográfica, explicitar as abordagens acerca do conceito de desenvolvimento rural. A segunda apresenta a metodologia e evidencia os indicadores utilizados na análise. Em sequência, a terceira analisa os indicadores a fim de visualizá-los em sua evolução para o cenário do Rio Grande do Sul, no período analisado, visando promover uma recomposição teórica embasada na revisão bibliográfica. Por fim, na última, são apresentadas as conclusões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Frequentemente a noção de desenvolvimento está associada com a ideia de modernização. Havendo a aplicação de um modelo único de modernização, denominam-se atrasados os países “subdesenvolvidos”. Porém, a fronteira existente entre desenvolvimento e a modernização nunca foi muito clara; enquanto a modernização diz respeito a capacidade de um sistema em produzir a modernidade, o desenvolvimento se refere à vontade dos atores (sociais ou políticos) de transformar a sociedade e a realidade (ALMEIDA, 2009).

O ideário do desenvolvimento encontra-se estreitamente embasado no desenvolvimento socioeconômico, sendo que esse pode ser promovido a partir da aplicação de avanços técnico-científicos que, ao assegurar o progresso econômico, promove o aumento das virtudes, liberdades e dos poderes dos homens (ALMEIDA, 2009). Consonantemente, Veiga (2001) privilegia a concepção de desenvolvimento tal como concebido por Amartya Sen, o qual preconiza que o desenvolvimento consiste na ampliação das possibilidades de escolha, das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores culturais e sociais.

Desta maneira, uma variedade de instituições – vinculadas à operação de mercados, administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral – contribuem para o processo de desenvolvimento por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais (VEIGA, 2001). Consequentemente, na atualidade, é perceptível a necessidade de incluir as particularidades do meio rural na pauta do desenvolvimento.

Para uma melhor apreensão da abordagem de desenvolvimento rural é importante definir o que circunscreve a determinada área rural. Neste sentido, não há de fato um conceito bem definido, sendo que é entendida como a área física a que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional, incluindo-se campos, florestas, lavouras, pastos etc (MANUAL DA BASE TERRITORIAL, 2014, p. 22, *apud* IBGE, p. 38, 2017). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) aponta que, apesar das nítidas diferenças conceituais entre “urbano” e “rural”, esses não são universos distantes, em grande parte do país, comunidades rurais e urbanas encontram-se interligadas por meio das causas e efeitos relacionados não só a problemas socioeconômicos, mas também a problemas ambientais.

Durante muito tempo, o desenvolvimento rural esteve associado às ações estatais e de instituições internacionais que intervinham nas regiões rurais mais pobres. Assim sendo, haviam interferências naqueles locais que não conseguiam aderir ao processo de modernização da agricultura, a partir da introdução de fatores de produção modernos. No Brasil, a modernização da agricultura teve início nas décadas de 1950-60, cujo período inicial foi denominado de “Revolução Verde”, em que os maiores usos de elementos modernizantes na agricultura ainda eram importados. No entanto, apenas a partir da industrialização da agricultura, na década de 1960, com a endogeneização do D1 da economia que foi possível a amplificação desse processo e uma parcela dos agricultores descapitalizados se transformou em produtores de substistência ou “engrossavam” as fileiras do êxodo rural (SILVA, 1996).

Nesse processo, as políticas de desenvolvimento rural integrado foram expostas como uma solução viável de integração às regiões consideradas atrasadas (SCHNEIDER, 2010). Essa

abordagem muda de face, ao passo que se contempla o cenário territorial e não apenas setorial. Portanto, o impasse relacionado ao desenvolvimento rural diminui seu foco na integração dos agricultores à indústria, passando a enunciar análises acerca de como criar condições favoráveis para que uma população passe a valorizar determinado território inserido em um amplo arcabouço de mercados e atividades diversas (MDA, 2005; SCHNEIDER, 2004).

Tendo em vista o fato de que os mercados de produtos e trabalhos agrícolas e não-agrícolas apresentam variações territoriais, surge, conseqüentemente, um novo rural formado, principalmente, por três grupos de atividades: *i*) uma agropecuária moderna fundamentada em *commodities* e interligada com as agroindústrias; *ii*) um arsenal de atividades não-agrícolas vinculadas à moradia, lazer, prestação de serviços e indústria e; *iii*) um novo conjunto de atividades estimulado por ramos do mercado (SILVA, 2001). Coexistindo com esse novo – e moderno – rural, observa-se a manutenção de vulnerabilidades socioeconômicas, marcada pela presença da população que não possui acesso ao emprego, a saúde, a moradia, a educação (CONTERATO, 2008).

Logo, o desenvolvimento rural reside na importância tanto das atividades agrícolas quanto das não-agrícolas, a fim de criar emprego e renda. Porém, nota-se que a renda das famílias pluriativas, àquelas que combinam atividades agrícolas com as não agrícolas percebem, em média, maiores rendas (SILVA, 2001; KAGEYAMA, 2006; SCHNEIDER, 2010). No meio rural gaúcho, assim como ocorre no país, as desigualdades de renda são cruciais e tal fato se torna um óbice ao desenvolvimento, uma vez que as sociedades que tendem a crescer mais rapidamente são exatamente àquelas que apresentam menor desigualdade (VEIGA, 2001). Ademais, é condição *sine qua non* para promover o desenvolvimento rural à redução da desigualdade ao acesso à terra e à educação, as quais possuem capacidade de ampliar o crescimento econômico (VEIGA, 2001).

Ainda que a literatura aponte as mais diversas definições e concepções acerca do desenvolvimento rural, Schneider (2004) ressalta que existem quatro elementos pertinentes: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Logo, o desenvolvimento rural deve combinar os aspectos econômicos e sociais, de modo que isto possibilite a pluriatividade a fim de que as famílias obtenham a maior renda possível e estabilidade financeira além de uma vida com nível socialmente aceitável (KAGEYAMA, 2004).

Ao se referir ao território, ou então territorialidade, é fulcral a percepção de que a complexidade e multidimensionalidade do desenvolvimento rural acabam associando-se às diferenças impostas pelas dotações dos espaços geográficos, bem como pela sua ocupação e evolução histórica (KAGEYAMA, 2008). Assim sendo, “o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território” (SCHNEIDER, 2004, p. 102). A partir desse entendimento, o desenvolvimento rural não é mais sinônimo de agrícola e as interações sociais extrapolam as dimensões classicamente definidas (SILVA, 1996; SILVA, 2001). Desaparecem, portanto, as antigas delimitações territoriais, desde o corte rural-urbano – que apenas continua tendo importância contábil – e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação (SILVA, 1996; NAVARRO, 2001).

Consonantemente, se torna importante entender que, “no capitalismo mais avançado o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura” (VEIGA *et al.*, 2001, p.11). A ideia que cerca o desenvolvimento rural é multifacetada, se refere a um processo hierárquico, evolutivo e interativo, manifestando-se de maneira complexa e diversa nos planos territoriais (SCHNEIDER, 2004). Ademais, para que tal desenvolvimento efetive-se, é necessária a existência de condições favoráveis em termos de serviços, comunicações e, principalmente, aptidões que estimulem o empreendedorismo em tais espaços. Logo, serão esses empreendedores os agentes das mudanças econômicas, impulsionadas a partir das modificações estruturais e inovações (VEIGA, 2001).

No passado, os indivíduos deixavam o meio rural em busca de oportunidades que apenas os centros urbanos ofereciam, a fim de deixarem de lado a miséria e o atraso que assolava tal espaço. Os habitantes do campo tinham na terra seus meios de sobrevivência, no entanto, a ausência de amparo principalmente ao pobre rural, danificou as possibilidades de permanência no campo. Logo, novas instituições e iniciativas surgem com o propósito de impulsionar o desenvolvimento de tais regiões, que até então eram, por vezes tratadas com descaso, fadadas ao abandono e atraso (FEIJÓ, 2010).

Isto posto, Kageyama (2008) assinala fatores cruciais e que favorecem o desenvolvimento rural, sendo eles a riqueza das unidades de federação (ou dos espaços utilizados como meio analítico), o nível de isolamento do território analisado, a presença de agricultura familiar, fatores demográficos e, por fim, o acesso à educação. Logo, tendo em vista a concepção de desenvolvimento rural como uma política que visa mudanças no meio rural, as ações e decisões voltadas para tal desenvolvimento exigem que “as representações políticas construídas pelas famílias rurais sejam presentes e ativas (a organização), mas também considerem o significado da heterogeneidade nas práticas agrícolas (e a decorrente organização da agricultura)” (NAVARRO, 2001). Deste modo, é possível questionar, portanto, qual a origem e como são formuladas e conduzidas as políticas para atingir esse desenvolvimento. Neste sentido, a agenda do Estado deve considerar as demandas sociais resultantes da pressão dos movimentos, atores, instituições e organizações do meio rural, que apresentam suas reivindicações à tecnocracia estatal, no intuito de que essas formulem propostas e soluções (SCHNEIDER, 2010). Outra metodologia decorreria do debate das temáticas que envolvem o desenvolvimento rural, com elaboração *ex ante*, por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos, assim como mediadores e/ou organizações que sobrevivem da elaboração de projetos e de sua interface com o Estado (SCHNEIDER, 2010).

Analogamente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) defende a ideia da importância do estímulo do desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, a partir da ampliação das capacidades de mobilização, organização, planejamento e autogestão dos habitantes, não havendo inovação maior do que a orientação de políticas públicas que reflitam a demanda das próprias comunidades, de modo que se reconheça as especificidades de cada território e o ambiente para que se oferte o instrumental próprio a atender tais particularidades.

3 METODOLOGIA

O exercício multidisciplinar em desenvolvimento rural necessita ancoragem em pressupostos epistemológicos, e esses são construídos a partir de fenômenos rurais ou agrícolas

(CONTERATO; WATERLOO; SCHNEIDER, 2014). Por sua vez, o estudo sobre o desenvolvimento rural acaba por abranger análises de dimensão territorial, levando seu enfoque ao desenvolvimento potencial, embasado nos recursos tangíveis e intangíveis, naturais ou artificiais (STADUTO, 2015). O estudo sobre o desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul apresenta caráter explicativo, sendo que buscou-se vincular a relação entre as variáveis que compõem as dimensões socioeconômicas e ambientais como determinantes do desenvolvimento.

Além de pesquisa bibliográfica, utilizou-se da análise de dados secundários a respeito dos indicadores. Considerando o caráter multissetorial da análise, que envolve o desenvolvimento rural, e com o intuito de abranger os diversos aspectos socioeconômicos, Kageyama (2004) sugere um amplo conjunto de indicadores rurais básicos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores rurais: conjunto básico

População e migração	Bem-estar social e equidade
Densidade	Renda
Variação	Habitação
Estrutura	Educação
Domicílios	Saúde
Comunidades	Segurança
Estrutura e desempenho econômico	Meio ambiente e sustentabilidade
Força de trabalho	Topografia e clima
Emprego	Mudanças no uso da terra
Participações setoriais	Espécies e habitats
Produtividade	Água e solo
Investimentos	Qualidade do ar

Fonte: Kageyama (2004).

Os componentes referentes a população buscam medir o desempenho populacional sendo que este deveria contribuir com o desenvolvimento rural. Quanto maior a população rural e quanto maior seu crescimento, maior será a capacidade do espaço rural em manter a sua população, de modo que a migração para tal local é capaz de apontar os atrativos que a região apresenta em relação aos demais (KAGEYAMA, 2004). Analogamente a população, o bem-estar procura analisar indicadores como acesso ao saneamento básico e a educação.

Vale lembrar que as variáveis tipicamente econômicas, como a renda e a produtividade, são consideradas apenas componentes de um conjunto maior de componentes, diferentemente de estudos mais tradicionais e antigos que, por muito tempo, eram considerados como únicos e nucleares dos estudos do desenvolvimento.

Finalmente, o componente do meio ambiente, ainda que carente de informações, é uma variável analítica de importância crucial, pois ao mesmo tempo que pode atribuir maior desenvolvimento em função do desempenho econômico, pode provocar degradação da

natureza, precarizando a qualidade do solo, água e ar, comprometendo a produção agrícola e, portanto, a situação futura da população como um todo (KAGEYAMA, 2004). Desta maneira, para analisar o desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 2006 a 2017, foram utilizados indicadores referentes aos subgrupos apresentados de modo a compará-los, e observar sua evolução.

Para a dimensão populacional foram utilizados os indicadores de domicílios rurais e indivíduos em situação domiciliar rural, ambos para o ano de 2010, além do indicador pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário, para os anos de 2006 e 2017. Referente à estrutura e desempenho econômico utilizou-se da área dos estabelecimentos agropecuários, número de estabelecimentos agropecuários e o número de tratores, todos relativos aos anos de 2006 e 2017. Já para a dimensão de bem-estar e equidade utilizou-se indicadores referentes a domicílios com coleta de lixo e domicílios com rede de esgoto, para aos anos 2000 e 2010. Por fim, para a dimensão ambiental, utilizou-se a parcela do estado cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), no ano de 2017, e a silvicultura no estado nos anos de 2010 e 2017. Os demais dados referentes à concentração de renda e fundiária, número de empregados celetistas no meio rural, acesso à educação e preservação ambiental, foram buscados junto ao sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento de Economia e Estatística (DEE).

Ainda, o artigo contou com a revisão da literatura, especialmente daquela que promoveu estudos específicos sobre o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, cujos indicadores são abordados de maneira teórica e descritiva das dimensões na seção de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até os anos de 1960, o estado do Rio Grande do Sul era amplamente agrícola, e, apresentava uma taxa de urbanização inferior a 50% da população. Todavia, seguindo a tendência nacional, a concentração populacional do estado continua ocorrendo, majoritariamente para os centros urbanos (GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020). Com relação aos domicílios rurais, no ano de 2010 haviam 515.389 e um total de 1.593.638 indivíduos em situação domiciliar rural, que correspondem a cerca de 15% da população total do estado (IBGE, 2010; DEE, 2021). Esse resultado denota que, em 2010, havia uma média de apenas três pessoas residentes por domicílio rural no Rio Grande do Sul.

Vislumbram-se fatores que influenciam diretamente a permanência da população no campo, que se referem ao bem-estar, ou são influenciadas principalmente pela falta de acessibilidade decorrente da precariedade de serviços básicos como luz elétrica, água encanada e saneamento básico (G1, 2017). A Tabela 1 demonstra que as condições de saneamento básico e coleta de lixo dos domicílios rurais apresentaram perceptível melhora. No entanto, ainda que tais fatores sejam imprescindíveis para a existência e bem-estar da população rural, eles expressam um aumento quantitativo - o acesso domiciliar a serviços de coleta de lixo aumentou em cerca de 128,49%, enquanto a rede de esgoto teve um incremento um pouco mais modesto, de 95,67% em uma década - a tendência da migração da população rural permanece.

Tabela 1 - Domicílios rurais, coleta de lixo e saneamento básico no estado do Rio Grande do Sul (2000-2010)

	2000	2010	Variação %
Domicílios rurais	529.481	515.389	-2,66
Domicílios com coleta de lixo	110.410	252.273	128
Domicílios com rede geral de esgoto	97.247	190.287	96

Fonte: DEE (2021).

A Tabela 1 mostra que houve uma redução de domicílios rurais e de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários na década analisada, apontando para uma queda de -2,66%, que corresponde a uma redução de 14.092 domicílios. Adicionalmente, o Relatório Anual de Condições de Habitação do Rio Grande do Sul aponta que, em 2017, eram 552.073 os domicílios em áreas rurais, já em 2018 este número passa a ser 546.738 (RIO GRANDE DO SUL; FIPE, 2017; 2018); novamente, os resultados denotam uma redução destas moradias – na margem de 0,97%.

No ano de 2017 houve uma redução de 14,2% das pessoas ocupadas em estabelecimento agropecuário se comparado ao ano de 2006 (Tabela 2), correspondente ao quantum de 165.134 indivíduos. Neste aspecto de “fuga” da população rural, a maior dificuldade encontrada é para que a mão de obra jovem continue no campo, dado que no período mais recente a principal mudança observada é de que o “êxodo rural generalizado vem sendo convertido em um processo mais seletivo, que preferencialmente remete às cidades a população jovem e altamente produtiva” (ANJOS; CALDAS, 2005, p. 673).

Tabela 2 – Pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário no estado do Rio Grande do Sul (2006-2017)

	2006	2017	Variação %
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (14 anos ou mais de idade)	1.157.547	992.413	-14,27

Fonte: adaptado IBGE (2006; 2017).

Vale ressaltar que, em relação a variável bem-estar, parece essencial incluir na análise a questão educacional do meio rural. Este debate esteve fora da agenda do Estado durante muito tempo, passando a ter relevância a partir de meados do século XX, no momento em que o analfabetismo passa a atormentar os centros urbanos, para onde acabam dirigindo-se massas de migrantes – em grande medida analfabetos – em decorrência da industrialização e da expansão do comércio e serviços gerais, com as cidades passando a clamar pela alfabetização do campo (FERRARO, 2012). Em 2017, haviam 11.555 produtores que nunca haviam frequentado a escola no Rio Grande do Sul, em comparação, no país, no mesmo período, existiam cerca de 783.925 (IBGE, 2017). Com relação ao avanço do analfabetismo rural, o Rio Grande do Sul apresenta a segunda menor taxa, ficando atrás apenas do estado de Santa Catarina (OLIVEIRA, VIEIRA; PAULI, 2018). Tal processo seria resultante da inserção da educação rural na oferta do ensino estadual, provendo escolas com ensino completo (fundamental e médio).

Não raras vezes, a população rural migra para os centros urbanos na busca por melhores condições de vida a partir do acesso e da ampla distribuição de alguns tipos de serviços básicos que não chegam ao campo. Essa migração decorre, em grande medida, e como consequência da industrialização e da modernização da produção agropecuária, que acaba por utilizar menos trabalho humano (OLIVEIRA; VIEIRA; PAULI, 2018). Essas conclusões são corroboradas pelas informações contidas na Tabela 3, na qual é possível observar que, juntamente com a intensa redução da população rural, verifica-se uma redução do número de estabelecimentos

agropecuários. O crescimento na área dos estabelecimentos agropecuários, de 2006 a 2017, foi de 6,68%, ou de 1.357.843 hectares, e o aumento no número de tratores foi expressivo (48,26%), o que corresponde a um aumento de 78.866 tratores. Esses resultados demonstram uma ampliação da modernização da agricultura no período em análise, o que permitiu a liberação de mão de obra da agricultura gaúcha.

Tabela 3 – Área, Estabelecimentos Agropecuários e Uso de Tratores no estado do Rio Grande do Sul (2006-2017)

	2006	2017	Variação %
Área dos estabelecimentos agropecuários (em hectares)	20.326.715	21.684.558	6,68
Número de estabelecimentos agropecuários	441.472	365.094	-17,30
Tratores	163.406	242.272	48,26

Fonte: adaptado IBGE (2006; 2017).

Ressalta-se ainda, que no ano de 2017 verificou-se uma queda de 17,3% do número de estabelecimentos agropecuários - se comparada à década anterior -, correspondente a 76.378 estabelecimentos, ao passo que houve uma ampliação de 6,7% da área em posse desses, equivalente a 1.357.843 hectares. Ainda que, em 2006, haviam 6.857 produtores rurais sem terra própria no estado, e esse número diminuiu para 901, em 2017 (IBGE, 2006; IBGE, 2017), a redução no número de produtores rurais sem terra no estado não é explicada por um pretensão aumento de produtores rurais com acesso a terra, outrossim pode ser explicada pela saída definitiva de parte da população do campo, o que remete à preocupação social em relação às dificuldades seculares que envolvem a concentração fundiária.

Em termos de tamanho, mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários possuíam menos de 20 hectares, ocupando apenas 8,6% da área total. As propriedades com mais de 1.000 hectares, ainda que representem cerca de 1% dos estabelecimentos agropecuários, ocupam um terço da área total. Isso evidencia uma intensa concentração fundiária; por outro lado, ocorreu a redução no número de estabelecimentos com menos de 50 hectares, enquanto os de porte superior aumentaram (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019). Assim sendo, fica evidenciado um movimento de concentração fundiária, com a redução dos pequenos estabelecimentos e um aumento no espaço e na participação das grandes propriedades.

Para além disso, é possível denotar a importância da agropecuária na geração de renda do estado do Rio Grande do Sul, dado que em 2016 essa era a principal atividade econômica em cerca de 252 municípios. Ainda que apenas uma parcela da população ocupada na agropecuária corresponde a trabalhadores com vínculos empregatícios formais celetistas, o estoque de trabalhadores com carteira assinada na agropecuária em 2017 foi superior a 83.000 empregados, representando cerca de 13,5% do total deste tipo de vínculo no estado (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019).

A abordagem acerca da variável ambiental é crucial, uma vez que, deve ser tratada de forma integrada à questão social, assim como a elaboração de indicadores e índices que sustentem o ciclo decisório em nível nacional (GUTIÉRRES-ESPELETA, 1998). Desta forma, tem-se que os indicadores ambientais possibilitam a comunicação acerca das condições ambientais, tanto para os indivíduos quanto para os formuladores de políticas públicas, de modo que forneçam bases para as tomadas de decisões e contribuam para a relação entre sistema econômico e meio ambiente.

Na questão ambiental tem-se dois fatores-chave que demonstram efeitos negativos sobre o desenvolvimento (rural), sendo eles: a poluição do ar resultante das atividades agrícolas, e, especialmente, a contaminação do solo pelo uso de agrotóxicos e defensivos (KAGEYAMA, 2008). Ressalta-se que, entre 2015 e 2017, o Rio Grande do Sul esteve entre os quatro estados brasileiros que mais consumiram agrotóxicos no Brasil (58% do total das compras) e o uso intensivo desses não ocorreram apenas em áreas de grandes propriedades (FRACALOSSO DE MORAES, 2019). A proximidade geográfica do Rio Grande do Sul com a Argentina vem favorecendo a entrada ilegal de agrotóxicos. Todavia, o Sindicato de Produtos de Origem Vegetal (SINDIVEG) têm contribuído na destruição, sem ônus, de produtos contrabandeados dentre eles os pesticidas, porém, ainda assim exerce pouca pressão sobre as empresas para garantir uma aplicação mais correta no uso dos agrotóxicos (FRACALOSSO DE MORAES, 2019).

No ano de 2017, 92% da área rural do Rio Grande do Sul encontrava-se cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo esse o primeiro procedimento a ser realizado para garantir a obtenção da regularidade ambiental, crédito agrícola, licenciamentos ambientais, autorização da exploração da Reserva Legal, constituição de servidão ambiental e Cotas de Reserva Ambiental (CRA) (SEMA RS, 2017). Ademais, no período de sete anos, é possível observar um aumento expressivo da silvicultura no estado, conforme Tabela 4, o qual pode demonstrar uma redução na extração predatória de recursos naturais - especialmente na extração de madeira em tora e de carvão vegetal -, além disto, essa expansão aponta para o possível aumento substancial da utilização mais racional e sustentável do meio ambiente.

Tabela 4 – Silvicultura no estado do Rio Grande do Sul (2010-2017)

	2010	2017	Varição%
Madeira em Tora (m ³)	7.393.498	11.435.802	54,67
Lenha (m ³)	14.127.269	13.129.563	-7,06
Carvão Vegetal (t)	41.982	62.245	48,27

Fonte: DEE (2021).

Outrossim, durante o período de 2006 a 2017, verificou-se um maior crescimento de lavouras permanentes em detrimento das temporárias. Em 2006, cerca de 137 mil estabelecimentos agropecuários apresentavam lavouras permanentes, que se reduzem para 140,9 mil em 2017; em consequência disso, as lavouras temporárias que perfaziam 357 mil propriedades reduziram-se para 290 mil (IBGE, 2006; IBGE, 2017). Além disso, no cenário da proteção e cultivo ambiental, o IBGE (2006; 2007) aponta um aumento de cerca de 133,96% das áreas (em hectares) ocupadas com matas e florestas. Ainda, as propriedades com sistemas de plantio agroflorestal - espaços cultivados com espécies florestais também utilizadas para pastoreio e lavoura - sofreram um aumento de 23,7%, demonstrando uma expansão de práticas agrícolas mais centradas na sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

De todo modo, os fatores críticos ao desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul, essencialmente na segunda metade da década, residem na variável renda, dado que muitos indivíduos do meio rural não possuem rendimento, e na queda da população rural (OLIVEIRA; VIEIRA; PAULI, 2018). Assim sendo, observa-se que os principais indicadores de desenvolvimento rural, em uma perspectiva de seu desenvolvimento, devem contribuir para a conciliação entre os aspectos social, econômico e ambiental, de modo que permitam a criação

e a manutenção de uma agricultura competitiva, a proteção da paisagem e permissivas de aumento da qualidade de vida das áreas rurais (KNICKEL, K.; RENTING, H.; VAN DER PLOEG, 2004). Consequentemente, políticas que visem o desenvolvimento rural - para o Rio Grande do Sul - devem ser multissetoriais, buscando atingir todos aspectos e fatores pertinentes a qualidade de vida da população, ao desenvolvimento e crescimento econômico e também que garantam a proteção e manutenção do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura foi tida por muito tempo como a principal ferramenta capaz de promover o desenvolvimento rural, especialmente devido à sua capacidade de promover aumento da renda rural. Todavia, os estudos mais recentes vêm mostrando que o desenvolvimento rural se vincula com a ampliação das qualidades sociais e econômicas dos indivíduos, portanto, de relações entre a agricultura e outras atividades agrícolas e não agrícolas com a população residente nos espaços rurais. O estudo buscou realizar uma análise teórica a respeito das condições socioeconômicas dos espaços rurais do Rio Grande do Sul. Ficou evidente que a investigação acerca do desenvolvimento rural não pode se restringir a um escopo analítico focalizador apenas da integração dos agricultores a um cenário industrial e tecnológico. É central enfatizar a investigação dos fatores que levam a população a alcançar uma qualidade de vida melhor, e isso se torna possível a partir de uma abordagem que abrange dimensões do desenvolvimento para além de aspectos restritos à produção agropecuária.

Destacam-se três variáveis determinantes para o desenvolvimento rural: a população rural, o nível de renda e a distribuição da renda, tais elementos ao influenciarem a demanda local, e podem repercutir no desenvolvimento rural. No caso do Rio Grande do Sul no período analisado, conclui-se que, mesmo que a população rural passe a encontrar melhores condições de vida e acesso a serviços básicos, o contingente populacional que permanece no campo vem se reduzindo continuamente. Associado a esse aspecto, como resultado da expansão das grandes propriedades, o quantitativo de estabelecimentos igualmente vem se reduzindo, o que corrobora com um aumento da concentração fundiária.

No que diz respeito a questão ambiental, ainda que se observa a ampliação das áreas de proteção e a conseqüente redução da exploração intensa dos bens naturais, há fatores que contrariam um possível cenário mais promissor, uma vez que o Rio Grande do Sul se destaca no uso de defensivos agrícolas, tanto nas grandes quanto em parcela expressiva de pequenas propriedades, sendo parte do grupo de estados que mais comercializam agrotóxicos no país. O uso de tais químicos permite a expansão da produção e da produtividade, porém são responsáveis pela contaminação do solo, da água e de seu entorno, de modo que apresentam capacidade de ameaçar o bem-estar e saúde da população. Assim sendo, iniciativas que visam o controle e a manutenção do uso desses produtos tornam-se pertinentes, conquanto esforços na elaboração de políticas que contribuam para a evolução dos aspectos econômicos e sociais sejam fundamentais para que o desenvolvimento não ocorra só no meio rural, mas também no estado como um todo.

Desta forma, ações de orientação e promoção da saúde e educação, buscando a potencialização da qualidade de vida, realizada pelo estado e, em destaque pela EMATER-RS, de modo a garantir a melhoria e o acesso aos direitos socioeconômicos à população rural do

estado. Sobressaem-se também as políticas públicas promovidas pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), que se empenha em estimular o desenvolvimento social e econômico do estado, a partir dos projetos e programas oferecidos, auxilia os produtores rurais na busca constante do aumento da produtividade e comercialização de seus produtos. Nessa linha, cita-se o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), que fornece linhas de crédito com juros mais baixos aos agricultores familiares além de oferecer orientação à regulação sanitária e espaços de comercialização, além de programas específicos para diversos tipos de culturas, e também voltados para a produção sustentável. Ademais, a SEAPDR abrange a existência de Câmaras Setoriais e Temáticas, as quais se dedicam aos setores produtivos da agropecuária, especialmente as cadeias produtivas, a fim de explorar o seu desenvolvimento.

Por fim, observam-se as limitações do estudo, de modo que se reforça a importância de pesquisas mais amplas, que busquem a mensuração de tal desenvolvimento. Ao serem aplicadas metodologias como o Índice do Desenvolvimento Rural (IDR) apresentado por Kageyama (2004) e o cálculo da demanda de bens e serviços, apontado por Silva Neto e Frantz (2003), os resultados possibilitam que análises e políticas mais eficientes e objetivas sejam apontadas para os distintos territórios.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33-35. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/jalcione-almeida/almeida-jalcione-da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-in-almeida-jalcione-e-navarro-zander-reconstruindo-a-agricultura-ideias-e-ideais-na-perspectiva-do-desenvolvimento-rural-sustentavel-porto-alegre-editora-da-ufrgs-3a>. Acesso em: 29 Nov. 2020.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2097/2479>. Acesso em: 16 Mar. 2022.
- BRASIL. MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, mar. 2005. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT%2BMDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf. Acesso em: 23 dez. 2020.
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Estado e desenvolvimento rural**. (Texto de Discussão 2564). Rio de Janeiro: IPEA. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10063/1/td_2564.pdf. Acesso em 28 dez. 2022.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15624>. Acesso em: 23 dez. 2020.

CONTERATO, M. A.; WATERLOO, R. G. F.; SCHNEIDER, S. Introdução. In: CONTERATO, M. A.; WATERLOO, R. G. F.; SCHNEIDER, S. (org.) **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 9 – 16.

DEE. Dados, **Departamento de Economia e Estatística**, 2021. Disponível em: <https://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa%3D0>. Acesso em: 21 jan. 2021.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul – 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/painel-do-agronegocio-no-rs-2019.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FERRARO, A. R. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/6fy4Bw8wVKnnXvJbgy5cvrj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FRACALOSSI DE MORAES, R. **Padrões de uso, política de regulação e prevenção de captura regulatória**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto de Discussão n. 2506. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

G1. **Em 30 anos, população rural do RS registra queda de 37%, diz IBGE**, mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2017/03/em-30-anos-populacao-rural-do-rs-registra-queda-37-diz-ibge.html>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GUTIERREZ-ESPELETA, E. E. Designing environmental indicators for decision makers. In: JOINT CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SURVEY STATISTICIANS AND THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF OFFICIAL STATISTICS FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT – INEGI, 1998, Aguascalientes. **Anais eletrônicos** [...]. National Institute of Statistics, Geography and Information, 1999. Disponível em: <https://www.isi-web.org/isi.cbs.nl/iamamember/CD5-Mexico1998/inviter/DIN7SP2.HTM>. Acesso em: 16 Mar. 2022.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2020.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/24/76693?ano=2017>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 26 dez. 2020.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. 1.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>. Acesso em: 22 Nov. 2020.
- MORAES, R. F. **Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Texto para discussão, n. 2506). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf. Acesso em: 16 Mar. 2022.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, Dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em: 23 dez. 2020.
- OLIVEIRA, S. V.; VIEIRA, C. A.; PAULI, R. I. P. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul (2010/2013): uma análise multidimensional. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, p. 28-45, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30838>. Acesso em: 22 Nov. 2020.
- PLOEG, J. D. V. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. *In.*: MARQUES, F. C. et al. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 53 - 74.
- RIO GRANDE DO SUL. SEAPDR (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural). **Consulta popular**, 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/consulta-popular>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. SEMA (Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura). **Rio Grande do Sul atinge 92% de área cadastrada no Cadastro Ambiental Rural**, 27 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/rio-grande-do-sul-atinge-92-de-area-cadastrada-no-cadastro-%20ambiental-rural>. Acesso em: 28 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Taxa de urbanização: cerca de 85% da população do RS vive em áreas urbanas. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/grau-de-urbanizacao>. Acesso em: 27 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL; FIPE. **Relatório Anual de Condições de Habitação do Rio Grande do Sul**: Informe de 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201807/20094215-relatoriocondicoeshabitacao-2017.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2022.

RIO GRANDE DO SUL; FIPE. **Relatório Anual de Condições de Habitação do Rio Grande do Sul**: Informe de 2018. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/19221923-relatoriocondicoeshabitacao-2018-2.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2022.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jun. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006. Acesso em: 22 Nov. 2020.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, Sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 dez. 2020.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 41, n.3, p. 97- 115, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032003000300005. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1996,

SILVA, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD/MDA. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: NEAD/MDA, 2001, p.5-52.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (org.) **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 70 – 95.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE, 2001. Disponível em: http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/fc_textos/o_brasil_rural_precisa_de_uma_estrategia_de_desenvolvimento.pdf Acesso em: 22 Nov. 2020.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 Nov. 2020.